

## CAPÍTULO 11

### **PROJETO de REFORMA da EDUCAÇÃO**

Apesar das muitas tentativas de se melhorar a qualidade da educação brasileira, o nosso Sistema Educacional continua estruturado de forma injusta e ineficiente.

Um dos maiores equívocos está na responsabilidade administrativa do Ensino Fundamental. Esta fase, antigo 1º Grau, ficou a cargo dos municípios como se fosse a fase de menor importância social. Já é hora de compreendermos que em um país de grandes dimensões, como o Brasil, o ensino fundamental tem que ficar a cargo do governo federal. O ensino profissionalizante (superior, técnico, especializado, etc.) deveria ficar a cargo dos Estados, Municípios e iniciativa privada. O governo federal não precisa se preocupar com o ensino profissionalizante porque as necessidades, e aptidões produtivas de cada estado e de cada município, produzem por si mesmo as escolas técnicas e superiores de acordo com as reais necessidades de cada região.

O auto-surgimento, das escolas técnicas e superiores, ocorre de forma natural porque a questão financeira é a principal responsável pela profissionalização dos cidadãos. O empresariado sabe que trabalhadores especializados produzem mais e melhor. Por isso, eles mesmos se encarregam de providenciar formação especializada e adequada, às suas necessidades, porque isso lhes representa lucro. Logo, onde existir reais perspectivas econômicas, e trabalhadores e empresários interessados em ganhar dinheiro: produzindo, fabricando, prestando serviços etc., conseqüentemente surgirão intermediadores para dar formação especializada, seja por parte do governo local ou por parte da iniciativa privada. Portanto, promover o ensino especializado (técnico e superior) com o dinheiro público federal em prioridade ao ensino fundamental, é uma postura equivocada e precisa ser corrigida.

Nas últimas décadas (até a década de 90, pelo menos), o governo federal desvalorizou o ensino fundamental e supervalorizou o ensino

técnico e superior, principalmente nas grandes metrópoles. Tal filosofia tinha intenções aparentemente grandiosas, mas como já sabemos não engrandeceu o Brasil.

A mentalidade de grandiosidades causa efeitos colaterais cujas conseqüências nós bem conhecemos: quem tem dinheiro consegue uma boa preparação facilitando assim a aprovação no vestibular, mas quem não tem dinheiro mal aprende a ler, sendo obrigado a se contentar com os piores trabalhos disponíveis no país. Para agravar tal situação, as universidades federais formam pessoas sem vocação e depois as encaminham para trabalhos de alta responsabilidade. Isso, conseqüentemente, gera incompatibilidades profissionais e ineficiência em vários setores da sociedade brasileira. Por isso, o governo federal precisa reformular sua participação no ensino.

Observe que o ensino fundamental é a principal formação de qualquer cidadão. Portanto, não é realmente prudente deixá-lo a cargo dos municípios ou da iniciativa privada. A maioria dos políticos municipais e donos de escolas particulares, ensinam apenas o que eles particularmente acham que é certo. Muitos deles procuram transmitir, como boas, somente suas ideologias pessoais formando assim cidadãos "míopes" e tendenciosos. (Podemos constatar esta realidade observando o número de partidos políticos existentes no Brasil.) A multiplicidade de partidos caracteriza uma sociedade de educação divergente e desordenada. Tal equívoco educacional tem transformado o Brasil numa verdadeira torre de Babel (ninguém se entende adequadamente). Essa "babelice" brasileira tem dificultado a formulação de corretas soluções especialmente nas questões econômicas e sociais.

Durante a década de 90, um novo problema depreciou consideravelmente a qualidade do ensino médio e fundamental nas escolas brasileiras. O excesso de filosofias liberais, construtivistas e "inclusivistas", agravadas pela ingenuidade do estatuto da criança e do adolescente, propiciaram desordem e indisciplina no ambiente escolar. As "liberdades pedagógicas" e a super proteção à criança, trouxeram muito mais transtornos do que benefícios à Educação brasileira. Hoje, com as recentes "melhorias", que proíbem a punição e praticamente obrigam a aprovação via recuperação paralela, recuperação da recu-

peração, NOA, etc., muitas escolas estão perdendo o controle dos alunos e ficando desgovernadas. Os professores não estão conseguindo dar suas aulas de forma satisfatória porque os alunos estão desinteressados, indisciplinares e rebeldes. Com isso, o ambiente escolar está se tornando altamente estressante e a qualidade do ensino vem caindo dia após dia. O excesso de benevolência ao aluno vem causando queda de qualidade e comprometendo, inclusive, a personalidade e o caráter das novas gerações. Isso, conseqüentemente, tem multiplicado o número de pessoas improdutivas, levianas e também de marginais em todo o Brasil. Até o uniforme (“shortinho” sensual) adotado nos anos 90, é uma imoralidade totalmente oposta a objetivos realmente educacionais.

Já é tempo de o governo reunir os professores e estabelecer uma mesma norma de avaliação, de conduta e de disciplina para ser utilizada por todas as escolas do país. O regimento escolar precisa ser o mesmo em todo o Brasil e ter características mais rígidas e mais disciplinadoras para melhorar a conduta e o caráter das novas gerações. Hoje, a sensação de impunidade (comum na maioria dos jovens, que estão se tornando cada vez mais desrespeitadores) já nasce dentro das próprias escolas.

### **Corrigindo Injustiças Sociais no Ensino Superior**

A estrutura educacional brasileira também tem proporcionado várias injustiças sociais. O ensino público superior (3º grau), tido como gratuito, só é dado a uma pequena parcela da população brasileira. No entanto, seu custo é cobrado de toda a população por intermédio dos impostos embutidos. O governo usa o dinheiro de todos (dinheiro público) para dar ensino superior a alguns poucos cidadãos, enquanto a maioria tem que pagar faculdade particular se quiser ensino superior. Portanto, se o sistema atual não proporciona igualdade de oportunidade, dificilmente será bem-sucedido como instrumento social. A componente de justiça, entre todos os cidadãos, não pode ser desprezada em nenhuma atividade. O governo precisa reformular o sistema educacional tornando-o realmente justo para todos os cidadãos.

Para resolver estes e outros problemas, proponho que o ensino técnico e superior sejam transferidos para os Estados, Municípios e iniciativa privada. O governo federal administraria apenas o ensino fundamental. A intenção é garantir que os antigos 1º e 2º Graus tenham o mesmo conteúdo e a mesma qualidade em todo o território nacional. Esta é, na verdade, uma das maneiras de proporcionar justa igualdade de oportunidade a todos os cidadãos brasileiros. Os estudantes, tanto do Norte quanto do Sul, receberiam o mesmo alicerce educativo, possibilitando a construção das suas carreiras segundo suas capacitações pessoais, e não segundo as posses de seus pais.

De uma forma ou de outra, o ensino profissionalizante (ensino técnico e superior) não pode continuar sob responsabilidade do governo federal e mantido unicamente com o dinheiro dos impostos (dinheiro que sai do bolso de todos os cidadãos, sejam ricos, sejam pobres). Por isso, precisamos implantar uma estruturação semicapitalista neste setor também para fazermos justiça a todos os cidadãos. O ideal é usarmos o dinheiro público para pagar as instalações prediais e equipamentos. O custo operacional (salário de professores, água, luz etc.) deveria ser transformado em mensalidades cobradas dos próprios alunos. Assim, diminuiríamos a injustiça praticada aos demais cidadãos que, por um motivo ou por outro, não têm acesso a este mesmo nível de ensino. Além disso, a participação financeira, dos alunos, ajudaria a diminuir o descaso de alguns professores que, sob a máscara da gratuidade, comportam-se como se estivessem fazendo favor ao aluno e à sociedade brasileira. O método semicapitalista também ajudaria a equilibrar oferta e procura dentro da real necessidade de cada região.

De qualquer forma, é absolutamente necessária a criação de um Instituto de Seguridade Social, conforme explicado no capítulo 8, para propiciar igualdade de oportunidade na educação profissionalizante também. Com este Instituto, os alunos poderiam pagar suas mensalidades com trabalho público e comunitário. A união do conceito capitalista com o conceito socialista permitiria, inclusive, o fim do injusto e ineficiente crédito educativo. (Injusto porque requer ressarcimento dos alunos formados em escolas particulares, mas não requer ressarcimento dos alunos formados em universidades públicas.) Qual a

diferença entre um e outro?... Se o governo arca com os custos de alguns, porque não arca com os custos do outro?...

Se olharmos com imparcialidade as outras nações ao redor do mundo, constataremos que o pleno desenvolvimento de um povo está intimamente relacionado à igualdade de ensino entre toda a população. Uma nação livre, que usa seus recursos financeiros de forma justa, entre todos os cidadãos, alcança mais desenvolvimento e prosperidade do que uma nação que usa estes mesmos recursos de forma injusta e desigual, mesmo que, inicialmente, a nação justa só consiga alfabetizar a todos e ainda que a nação injusta consiga formar doutores, engenheiros, administradores, etc...

Este efeito, que para nós brasileiros pode parecer meio contraditório, ocorre porque o Deus Criador — Aquele que estabeleceu que o bebê ao nascer vai mamar por si mesmo, sem que ninguém lhe ensine, e que ao se lançar na terra um carço de fruta, ele vai germinar e se reproduzir ao invés de apodrecer — também estabeleceu um planejamento para a evolução e o desenvolvimento do ser humano. Este planejamento está firmado sobre o princípio de justiça, e não sobre o princípio da esperteza, do elitismo, clientelismo, apadrinhamento ou de meras filosofias atéias e pagãs.<sup>1</sup> Portanto, tudo o que não for estruturado de forma realmente justa, (entre todos os cidadãos – entre todos os “sociãos”<sup>2</sup>), dificilmente será bem sucedido.

### Entendendo o efeito justiça

Chamo de *efeito justiça* os resultados da aplicação do princípio de justiça em atividades econômicas, esportivas, produtivas ou sociais. Observe que no futebol o Brasil é bem-sucedido porque o princípio de justiça é plenamente respeitado. Nesse esporte existe um considerável nivelamento de aprendizagem entre todos os cidadãos. A igualdade de

---

<sup>1</sup> **Filosofias atéias e pagãs** – Filosofias “mundanas” (deste mundo) sem nenhuma inspiração divina.

<sup>2</sup> **“Socião”** – Expressão sugerida pelo autor para substituir a palavra *cidadão*. A palavra *socião* representa melhor a idéia de sociedade.

oportunidade é satisfeita porque, o futebol, é um esporte que não requer formação especial nem equipamentos caros para ser praticado. Basta um terreno vazio e uma meia velha (cheia de trapos) para qualquer criança aprender e exercitar o futebol. Portanto, havendo igualdade de oportunidade, entre todos (pobre e rico, “moderninho e caipira”), cria-se um nivelamento que permite aos craques natos, aos que nasceram com este dom, com este talento, a sobressaírem em relação aos demais e serem assim notados e conseqüentemente selecionados, inclusive, para aprimoramentos técnicos e posteriores especializações em clubes profissionais, por exemplo.

A descoberta, em tempo hábil, das pessoas potencialmente melhores entre toda uma população, seja no futebol ou em qualquer outra área, (como científica, social, tecnológica, administrativa etc.), é um processo automático que se torna prático e viável ao estabelecermos o nivelamento de oportunidades. Esta técnica, justa e simples, faz com que as pessoas de maior potencial, as que têm verdadeira vocação, se projetem naturalmente e produzam o melhor de si em benefício próprio e em benefício do país.

Em todas as áreas, não-esportivas, é a educação fundamental a responsável por promover o justo nivelamento de conhecimento básico entre toda a população. O nivelamento é uma pré-condição para que os verdadeiros craques: da ciência, da tecnologia, da liderança pública, da diplomacia, do ensino e da justiça, possam descobrir a si mesmos e percorrer o caminho mais adequado às suas aptidões profissionais. Precisamos tornar a nação mais eficiente (com pessoas certas nos lugares certos) em todas as áreas de atuação da sociedade e não só no futebol.

Este efeito, benéfico e construtivo, conseqüente da aplicação do princípio de justiça, está plenamente de acordo com um dos ensinamentos mais elementares de Jesus Cristo, onde Ele diz que basta temer a Deus, respeitando as diretrizes da criação e agindo de forma justa, e tudo o mais se processará de forma bem-sucedida. No entanto, alguns acadêmicos brasileiros, rotulados de Mestres e Doutores, preferem ser discípulos dos ensinamentos de Karl Marx (jornalista e filósofo alemão,

1818 – 1883).<sup>3</sup> Marx formulou a filosofia Marxista que até hoje serve de base a alguns partidos socialistas.

Embora se apresente como ciência, a experiência demonstrou que o Marxismo é, na verdade, uma crendice intransigente e equivocada. Seus adeptos são orgulhosos demais para se submeterem a Deus e, por isso, pregam a sua inexistência (ateísmo). O problema é que ao raciocinar de forma atéia, os marxistas não conseguem classificar, de forma realista, as várias diferenças humanas. Por isso, alegam que todo ser humano é igual. No entanto, se acham os mais capacitados para liderar a sociedade. Igualdade, de fato, só entre o “povão”. Eles, os representantes do Marxismo, embora não confessem publicamente, se julgam mais sábios e melhores que os demais cidadãos.

No Brasil, alguns acadêmicos marxistas, principalmente na área da educação, persistem dizendo que o ser humano é um bicho que não tem origem definida (não tem um criador). Alguns dizem que qualquer ser humano pode ser moldado e domesticado para qualquer fim, (desprezam os dons e as vocações). Os marxistas acreditam que basta conhecimento científico e filosófico para que qualquer pessoa se torne um bom cientista, bom médico, bom professor, bom estadista, etc. Eles agem como se tais conhecimentos fossem tudo e a inspiração e a predisposição, de cada ser humano, não fosse nada. Como poderia, no entanto, o conhecimento ser mais importante ou ser superior ao homem se foi o próprio homem que desenvolveu o conhecimento ?

A tentativa de condicionamento humano, através da "educação", é um equívoco que serve apenas para colocar determinadas pessoas nas funções mais importantes do país. Os acadêmicos, defensores do marxismo, têm ajudado a colocar pessoas erradas (pessoas que a natureza não preparou) nos lugares e nas atividades onde elas não deveriam estar. Isso, conseqüentemente, resulta em insensatez e ineficiência na condução de vários setores nacionais.

Observe que as técnicas científicas e filosóficas normalmente envelhecem e podem ficar desatualizadas. Mas, a imaginação e a ins-

---

<sup>3</sup> “Karl Marx” – Almanaque Abril 98, p. 527. ●●● Wilges, Irineu. Cultura Religiosa, p. 144–150

piração se renovam continuamente, produzindo soluções criativas e atualizadas. Podemos dizer, inclusive, que o conhecimento filosófico e científico tem característica mais ou menos estática. Já a imaginação e a inspiração têm característica mais ou menos dinâmica. Por isso, a sociedade brasileira precisa dar um pouco mais de importância às características individuais de cada ser humano, e um pouco menos ao seu nível de conhecimento. Na prática, o conhecimento pode ser obtido em qualquer época. Logo, os processos seletivos em geral não podem classificá-lo como mais importante do que as características individuais e vocacionais de cada pessoa.

As autoridades da área de educação precisam entender que é impossível fabricar um Pelé, ou um Isaac Newton, por melhor que seja a escola de futebol ou de ciências. Um Pelé, um Isaac Newton, um Albert Einstein já nascem feitos desde o ventre de suas mães. (Resultado da combinação “aleatória” de muitos milhões de espermatozóides com um também aleatório óvulo feminino.) Esta combinação, às vezes privilegiada, não escolhe classe social para realizar-se.

O processo de distribuição aleatório, de dons naturais, não depende da região ou do nível social das famílias envolvidas. Parece que o objetivo desta “aleatoriedade” é promover o nivelamento da raça humana sobre a Terra e, sendo assim, não devemos burlá-lo. É especialmente por isso que a Educação Brasileira tem que se preocupar em encontrar os gênios naturais em vez de tentar “fabricá-los” a partir de estudantes economicamente favorecidos (estudantes de famílias ricas). As autoridades precisam entender que é inútil lapidar pedras comuns tentando transformá-las em pedras preciosas. A lapidação dá excelentes resultados desde que, a pedra, já seja preciosa no seu estado bruto. É antieconômico e antiprodutivo especializar quem não é naturalmente especial visando transformá-los em esteios da sociedade. Praticar a verdadeira justiça, nivelando a educação fundamental de norte a sul do Brasil, é o primeiro passo para encontrar as pessoas potencialmente preciosas e especiais que estão espalhadas pelos canaviais, pelos interiores agrícolas, ruas das metrópoles, periferias, favelas, famílias humildes, etc...



Uma análise da origem social, dos jogadores da seleção, pode nos fornecer um percentual, aproximado, de onde encontrar as pessoas potencialmente fenomenais dentro da nossa sociedade. Se nivelarmos o ensino, elas sobressairão e poderemos prepará-las para a condução e administração das diversas atividades do país. Precisamos semear justiça, entre todos os estudantes (sejam pobres ou sejam ricos), para colhermos eficiência e prosperidade.

Na década de 90, cada escola ensinava apenas o que queria, como queria e quando queria aos alunos de Ensino Médio e Fundamental. Essa liberdade, das escolas e dos professores, anulava a igualdade de oportunidade e gerava disparidades absurdas de escola para escola e de região para região. Por isso, é imprescindível que o Governo Federal reúna os professores e estipule um programa único para todas as escolas de ensino fundamental. O país precisa estabelecer rígida igualdade de oportunidade entre todas as crianças e adolescentes brasileiros. Para isso, é necessário que o conteúdo curricular seja o mesmo, que a didática seja a mesma, que o processo de avaliação seja o mesmo e que a qualidade dos professores também seja semelhante. De fato, conceder liberdades é a melhor solução em várias questões sociais. Mas, nesse caso específico, estabelecer rígida igualdade de ensino é a mais justa das soluções.

Uma das disponibilidades técnicas para se conseguir um bom nivelamento de ensino é a utilização de vídeo-aulas apresentadas diretamente aos alunos, seja nas escolas ou até mesmo nas próprias residências. As vídeo-aulas, quando elaboradas com demonstrações práticas, isto é, com o áudio e o vídeo se complementando e estimulando a memorização visual e auditiva ao mesmo tempo, exercem muito maior poder de absorção pelo aluno do que qualquer explicação tradicional dada à frente de um quadro-negro. Além disso, as vídeo-aulas evitam distorções de interpretação porque estabelecem contato, direto, entre a fonte de informação e o aluno. Elas garantem o mesmo conteúdo, a mesma didática e a mesma explicação em qualquer lugar onde forem transmitidas, seja no centro de uma metrópole, seja na periferia, seja em áreas rurais, etc.

De uma maneira ou de outra, o ideal é o Governo Federal transferir o ensino superior para os Estados e Municípios e assumir a responsabili-

dade do ensino médio e fundamental. O governo poderia, inclusive, estender o ensino fundamental de oito para dez anos (dividindo-o em Primário e Ginásio novamente, de modo a separar crianças de adolescentes). O atual Ensino Médio é um degrau desnecessário e poderia ser desmembrado, mas sem perda de conteúdo para os alunos. Uma parte do conteúdo ficaria no ensino fundamental e a outra parte no ensino profissionalizante. Desta forma apenas os ensinos de caráter profissionalizantes dariam seqüência ao ensino fundamental e ficariam a cargo dos Municípios, Estados e iniciativa privada. Com esta modificação, garantiríamos o nivelamento da formação básica em todo o país. E, certamente, descobriríamos os gênios em potencial que até a década de 90 nasciam e morriam na inutilidade ou na marginalidade por falta de formação adequada e nivelada.

### **A confiabilidade e veracidade do ensino**

Outro fator muito importante na educação de um povo é a confiabilidade e a veracidade do conteúdo lecionado.

Durante os anos 90, circularam pelo Brasil algumas campanhas tentando mostrar como se muda um país através da educação. No entanto, mudar o país não é a solução, a solução é melhorar o país, e isso só uma boa educação pode fazer, não é qualquer educação que melhora um país.

No início do século XX, alguns países do Leste europeu, entediados ou insatisfeitos com a cultura cristã daquela ocasião (contaminada com algumas práticas pagãs desde a Idade Média) resolveram mudar de educação dando crédito a ensinos ateus que desprezavam os ensinamentos cristãos: adotaram o modelo comunista baseado no marxismo. Hoje, todos sabemos que esses países acabaram fracassando. A educação que deram a seus povos mudou o país, mas não o melhorou, na verdade o piorou. No entanto, outros povos que também estavam insatisfeitos, mas preferiram aperfeiçoar a educação e a cultura cristã, reformando-a e retirando as impurezas acumuladas no decorrer do longo período

medieval, conseguiram realmente melhorar seus países e não apenas mudá-los.

Portanto, não vamos agora nos iludir e fazer experiências com o que já é por demais comprovado. Educação por educação existem muitas entre vários povos, mas, o que o Brasil precisa é de educação boa e verdadeira. (Educação que produza bom comportamento, boa conduta, paz social, eficiência profissional e prosperidade a todos.) Nesse sentido, a Bíblia Sagrada não pode jamais ser desprezada, inclusive, porque nela também se basearam os povos que hoje são os mais prósperos e mais desenvolvidos do planeta.

O conhecimento da história de sucessos e de fracassos do povo judeu, relatada no Velho Testamento, é inúmeras vezes mais importante e mais útil a uma nação do que a história de qualquer outro povo antigo. O Novo Testamento, por sua vez, trás esclarecimentos humanos e religiosos de grande importância social. (Tais esclarecimentos são relativamente simples, mas a maioria do povo ainda não os conhece, adequadamente, por consequência de misticismos criados por alguns líderes religiosos).

Certos misticismos são até toleráveis porque o Brasil ainda está em fase de desenvolvimento. A liberdade de interpretação pessoal, da Bíblia (sem o “controle” do Vaticano), ainda é novidade para a maioria dos brasileiros que só agora vem descobrindo o Protestantismo.

Até meados do século XX, o conhecimento bíblico ainda era um monopólio da Igreja Católica Romana. Sabemos que os monopólios costumam estagnar e não dão bons resultados. Por isso, o governo deveria levar o conhecimento cristão para dentro das escolas, a fim de que os alunos estudem o conteúdo bíblico sob o ponto de vista histórico, ético, moral, humano e social. O país precisa amadurecer melhor este assunto, inclusive, para que os cidadãos não se tornem presas fáceis de quaisquer equivocada ou mal-intencionada entidade religiosa.

O estudo e análise do conteúdo bíblico, de forma racional, porém respeitosa, traria grandes benefícios à sociedade brasileira. O Cristianismo é, na verdade, composto de uma “polpa” social que é apenas

revestida de uma “casca” religiosa. O objetivo da casca é conservar, proteger e transportar a polpa, isto é, transportar o conjunto de valores morais e sociais do “reino de Deus”, via pregações, sermões e cultos. Muitos brasileiros já entendem a necessária combinação entre casca e polpa. A grande maioria, porém, se alimenta apenas da casca (da religiosidade) não enxergando a parte mais importante que é a polpa (a conduta social). Muitos dos que, inclusive, desejam fortemente ser cristãos não executam as atitudes morais e sociais relativas à conduta cristã por falta de adequados esclarecimentos.

O sistema educacional brasileiro, quer considere a Bíblia como fonte de informações relevantes, ou não, não pode mais se deixar influenciar pelo ateísmo se quiser realmente ser útil à nação. Karl Marx pode ter tido boa intenção, mas não sabia exatamente o que fazia quando apregou a rejeição ao Cristianismo como alternativa de evolução social. A extinta União Soviética (que proibiu todo tipo de manifestação religiosa dentro das suas fronteiras), conseguiu educar praticamente todo o seu povo, alfabetizando mais de 98%<sup>4</sup> da sua população. Entretanto, dominada pela filosofia marxista ensinou conceitos econômicos equivocados, conceitos sociais equivocados, conceitos administrativos equivocados e conceitos religiosos mais equivocados ainda.

Apesar do alto índice de alfabetização que a ex-União Soviética alcançou, as décadas de 80 e 90 demonstraram que a filosofia marxista, no governo e na educação, não proporcionaram os resultados desejados. A ex-União Soviética, que viveu sob cortinas de ferro e com constantes problemas econômicos e disciplinares, não conseguiu se sustentar e acabou se desfazendo em 1991. Portanto, o povo brasileiro não pode se deixar influenciar por ensinamentos utópicos, falsos ou excessivamente materialistas. É melhor tomarmos como exemplo a educação de povos de resultados comprovadamente prósperos do que nos espelharmos em filosofias “socialistas” comprovadamente malsucedidas. O ateísmo do Leste europeu e o paganismo africano, não produziram paz social e prosperidade em nenhum dos países que o adotaram, (nem nos países de origem). Logo, não faz sentido adotarmos tais filosofias em nosso país.

---

<sup>4</sup> **98% de alfabetização** – JOHNSTONE, Patrick. Batalha Mundial. 3º ed. São Paulo: S.R.E. Vida Nova, 1985. pág. 281

A história tem demonstrado que nenhum dos dois extremos (ateísmo marxista de um lado, e paganismo do outro) tem sido capazes de produzir soluções, sejam econômicas, sejam sociais.

### **Implantando educação informal através da TV**

Além de reformular o sistema de educação convencional, o governo precisa implantar um programa de educação informal através do rádio e da TV. Precisamos popularizar os conhecimentos relacionados à cidadania, à saúde, ao bom comportamento e à eficiência em geral. Sabemos que a televisão exerce forte influência em uma sociedade. Essa característica, no entanto, precisa ser mais bem aproveitada. O Brasil ainda é um país em desenvolvimento e grande parte da população carece de conhecimentos básicos necessários para o progresso e para a boa socialização dos cidadãos. Por isso, uma parte do tempo do rádio e da televisão deveria ser utilizada de maneira educativa visando suprir essa nossa carência.

A proposta é a seguinte: O governo requisitaria 20% do tempo de cada emissora para que fossem preenchidos com programações exclusivamente educativas. Tais programações orientariam os cidadãos em questões como:

- \_\_\_ *Higiene física, higiene alimentar e higiene ambiental.*
- \_\_\_ *Medicina preventiva, saúde básica e nutrição saudável.*
- \_\_\_ *Respeito ao próximo, reverência aos pais e aos mais velhos.*
- \_\_\_ *Educação dos filhos com amor, correção e disciplina.*
- \_\_\_ *Direitos e deveres da sociedade e conseqüências da marginalidade.*
- \_\_\_ *Organização social e política, do país e do mundo.*
- \_\_\_ *Leis básicas do cotidiano e leis de trânsito com suas punições.*
- \_\_\_ *Prudência e segurança no lar, no trabalho e no trânsito.*

- \_\_\_ *Relações trabalhistas, comerciais, e tarifas públicas.*
- \_\_\_ *Economia familiar e de pequenos negócios.*
- \_\_\_ *Esclarecimento sobre males sociais (alcoolismo, vícios diversos, prostituição, etc.).*

Os 20% de programação educativa seriam contabilizados como parte dos impostos das emissoras de rádio e TV. As emissoras deixariam de pagar seus impostos com dinheiro e passariam a pagá-los com produção e transmissão de programas educativos.

Se a produção dos programas ficar a cargo das próprias emissoras, elas mesmas se preocuparão em garantir criatividade e boa qualidade; principalmente para obter um bom índice de audiência e conseqüentemente atrair patrocinadores.

Se considerarmos como 20 horas, a média de programação diária das empresas de rádio e TV, então 20% corresponderiam a 4 horas diárias. Essas 4 horas, de programação educativa, seriam fiscalizadas e avaliadas pelo setor de censura democrática que está sendo proposto no capítulo 14.

A distribuição deste tempo educativo poderia ser inicialmente da seguinte maneira:

- \_\_\_ *Seis minutos a cada hora distribuídos a critério de cada emissora. As mensagens seriam curtas, do tipo propaganda, ensinando e esclarecendo crianças e adultos sobre os assuntos já mencionados anteriormente. (Isso totalizaria 2 horas de transmissão diária).*
- \_\_\_ *As outras duas horas seriam divididas em 5 programas de 24 minutos cada um distribuídos da seguinte forma: — um na parte da manhã visando especialmente a criança — dois na parte da tarde visando o adolescente e a mulher do lar — um no “horário nobre” visando o adulto em geral — e o último após a meia noite (madrugada) direcionado ao esclarecimento*

*da marginalidade, das deformações de comportamento e da conseqüente perda da liberdade física e/ou emocional, que estão associadas às drogas, distúrbios sexuais, violências descontroladas, etc....*

Os programas deveriam ser diários e, obrigatórios, em todas as emissoras “abertas” respeitando-se a liberdade de produção conforme conviesse a cada uma delas. O importante, na verdade, é satisfazer o objetivo de educar e esclarecer corretamente a toda a população, dentro de um código de ética, moral e decência estabelecido pelo setor de censura.

Com este projeto, as emissoras de rádio e TV pagariam seus impostos com produção e transmissão educativa. Tal método evitaria falcaturas tributárias e garantiria 4 horas diárias de programação realmente útil à população.

Um detalhe importante é que a produção destes programas não pode ficar a cargo de instituições governamentais. Isso é necessário para que não se tornem objeto de manipulação política nem fiquem descomprometidos com a boa qualidade e com um bom nível de audiência. Só os temas devem ser elaborados, pelo governo, através dos seus ministérios e secretarias. Os detalhes de produção devem ficar a cargo das próprias emissoras, porém sujeitos a intervenção do setor de censura.

Se colocarmos essa idéia em prática, o rádio e a televisão se tornarão bons instrumentos de formatação e edificação da cultura brasileira, deixando de ser instrumentos de deterioração do que ainda resta de bom, na nossa cultura e na nossa educação.

\*\*\*

Veja os demais capítulos em:

<http://renascebrasil.valvimdutra.com.br/livro-renasce-brasil.php>